



**GOVERNO FEDERAL**

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**

**2ª REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS**

**23 de Junho de 2005  
CENTRE/IBAMA**

1. Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e cinco, na sala 606 do CENTRE/IBAMA, bloco H, quadra 5, do Setor de Autarquias Sul, Brasília - DF, realizou-se a 2ª reunião do Comitê Nacional de Zonas Úmidas- CNZU, sob a presidência da Senhora Iara Vasco Ferreira, Diretora substituta do Programa Nacional de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.
2. Foi iniciada a sessão com a presença dos seguintes membros:
  - Iara Vasco Ferreira – SBF/MMA
  - Avay Miranda Júnior – SCA/MMA
  - Mariana Alvarenga do Nascimento – SDS/MMA
  - Ricardo Castelli Vieira – SQA/MMA
  - Márcia Rodrigues- SECEX/MMA
  - Marcos Oliveira Santana – SRH/MMA
  - Raquel Breda dos Santos- ASIN/MMA
  - Valmir Ortega – DIREC/MMA
  - José Augusto Ferraz de Lima – Sítio Ramsar
  - Mauro Pichorim – CDB
  - Jorge Eduardo Lins Oliveira – SBPC- águas costeiras e marinhas
  - Débora Calheiros – FBOMS
  - Soraya Vanini Tupinambá
3. Também participaram da reunião os seguintes observadores:
  - Ana Paula Prates – NZCM/SBF/MMA
  - Gabriela Tunes - Consultora
  - Leda Tavares – Programa Pantanal/SECEX/MMA
  - Marcelo Neiva de Amorim- DIFAP/IBAMA
  - Maria Carolina Hazin- DAP/SBF/MMA
  - Marina Faria do Amaral- DAP/SBF/MMA
  - Michael Becker – WWF-Brasil
  - Philippe Layrargues – DEA/MMA
  - Virgínia de Siqueira Barros- DAP/SBF/MMA

#### 4. ABERTURA

Iara Vasco Ferreira, na qualidade de substituta do Diretor de Áreas Protegidas, o Sr. Maurício Mercadante, membro suplente da Secretaria de Biodiversidade e Florestas fez a abertura da reunião.

#### 5. APROVAÇÃO DA ATA

Maria Carolina Hazin procedeu à leitura da Ata da 1ª reunião do CNZU, realizada nos dias 04 e 05 de novembro de 2004. Não havendo nenhum comentário, a mesma foi aprovada por consenso.

#### 6. INFORMES

Maria Carolina Hazin transmitiu aos presentes os seguintes informes:

- O Diagnóstico Nacional de Zonas Úmidas – fase 1, mencionado e aprovado na 1a reunião do CNZU já está em andamento, sendo executado pela consultora Gabriela Tunes.
- Informou que as negociações sobre o processo de indicação do Complexo de Abrolhos como Sítio Ramsar está em andamento e comunicou que o Jornal “Estado de São Paulo” estaria publicando matéria sobre essa proposta, possivelmente naquele mesmo dia. Salientou, porém, que a indicação deste Sítio depende ainda de consulta ao Comando da Marinha e ao Ministério das Relações Exteriores.
- O documento Princípios para um Código de Conduta para Gestão e Uso Sustentável de Manguezais, em discussão na 1a reunião do CNZU, foi discutido na III Reunião Regional Panamericana sobre a Convenção de Ramsar realizada em Mérida, México, em novembro de 2004. Naquela ocasião todos os países concordaram que o documento devia ser traduzido para o espanhol para que fosse levado para consulta a outros setores da sociedade. Comunicou sobre o contato feito pelo Ministério de Meio Ambiente com o Banco Mundial pressionando-o, de certa forma sobre a necessidade de se conduzir um processo participativo de análise e que não considerava a consulta durante a reunião de Mérida como válida.

Soraya Vanini explicou a origem da proposta e informou que a Rede Manglar apontou sugestões ao documento, em reunião realizada em Washington, mas que estas não haviam sido incorporadas pelo Banco.

Raquel Breda, apontando que o documento não pode ser simplesmente aprovado pelo Banco Mundial, sugeriu que esta questão fosse levada à Conferência das Partes de Ramsar para que países se manifestassem contra o documento como instrumento para definição de projetos a serem financiados pelo Banco Mundial, uma vez que não foi submetido à consulta adequada. Como encaminhamento desta questão, Raquel Breda sugeriu que durante reunião preparatória nacional para COP9, junto ao Itamaraty, fosse elaborada uma nota oficial de posicionamento do Brasil rechaçando o procedimento utilizado pelo Banco Mundial.

- Sistema de Zonas Úmidas Paraguai Paraná: durante a III Reunião Regional Panamericana sobre a Convenção de Ramsar, realizada em Mérida, representantes governamentais dos países da Bacia do Prata demonstraram interesse em estabelecer cooperação para um programa para as zonas úmidas da calha dos Rios Paraguai-Paraná. Comunicou que o Itamaraty procedeu a uma consulta formal aos países da Bacia do Prata e que os mesmos aprovaram formalmente a proposta. Em Mérida, o

Brasil havia assumido o compromisso de realizar oficina sobre o Sistema Paraguai-Paraná, a qual será realizada entre os dias 14 e 18 de agosto de 2005 com a participação de organizações não-governamentais e governamentais dos 5 países e dos Programas de âmbito regional (Aqüífero Guarani, Alto Paraguai, Marco para Gestão de Recursos Hídricos) e local, como o Programa Pantanal.

- No Dia Internacional de Zonas úmidas foi firmado acordo com a Diretoria de Educação Ambiental (DEA/MMA) para divulgação da Convenção de Ramsar através das Salas Verdes. Salientou que para implementação da parceria serão traduzidos manuais da Convenção e que os mesmos serão adaptados à realidade brasileira, inserindo-se exemplos nacionais.

Philipe, da DEA, explicou que as Salas Verdes podem ser implementadas por editais ou parcerias e que visam a instalação de estruturas educadoras, as quais recebem acervo do MMA para potencializar trabalhos. No caso da parceria com a Diretoria de Áreas Protegidas, estas serão instaladas nos sítios Ramsar. Ressaltou que as Salas Verdes não são apenas bibliotecas e portanto devem ser conduzidos trabalhos pedagógicos com técnicos responsáveis.

- Sobre a Estratégia Regional Sul-americana, apresentada na reunião anterior, informou que durante a III Reunião Regional Panamericana sobre a Convenção de Ramsar, os demais países concordaram com a posição do Brasil de que o documento deveria ser re-estruturado, com foco em temas específicos de cooperação em ecossistemas transfronteiriços. Brasil, Argentina e Venezuela se candidataram a compor um grupo de trabalho para elaborar a referida Estratégia. Comunicou, adicionalmente que esta Estratégia ainda não será apresentada na próxima Conferência das Partes, pois o Secretariado da Convenção havia definido que apenas apresentaria na próxima COP uma proposta regional e que a Estratégia Alto-andina será priorizada pois já vem sendo delineada há mais tempo.

Soraya Vanini questionou sobre resolução que considera tanques de aqüicultura como zonas úmidas. Sugeriu que fosse encaminhada uma resolução que excluísse a possibilidade de designação deste tipo de zona úmida como sítio Ramsar. Raquel Breda sugeriu que o tema fosse levado ao Painel Técnico-científico da Convenção ao invés de ser tratado no âmbito político da COP9.

Débora Calheiros levantou o tema de que se poderia discutir a criação de outra categoria de Sítio Ramsar para áreas já degradadas.

Soraya reafirmou que é uma discussão técnica de alta relevância e que deve ser buscada estratégia de reversão disso para não se perder a efetividade da Convenção.

## 7. REGIMENTO INTERNO

A primeira questão levantada foi sobre o caráter decisório do CNZU, se seria consultivo ou deliberativo. Considerando o que rege o instrumento legal que o cria, chegou-se à conclusão de que o Comitê é consultivo mas que, internamente, pode deliberar sobre os diversos assuntos. Portanto, justifica-se a votação entre os membros sobre alguns temas em pauta. Desta forma deveria haver especificação no Regimento sobre a tomada de decisões. Sugeriu-se que o CNZU elabore recomendações, que estas sejam aprovadas por maioria simples de seus membros, e sejam submetidas a outras instâncias deliberativas do MMA.

Foram feitas diversas alterações na minuta de regimento interno apresentada.

Foram levantadas questões sobre a obrigatoriedade na rotatividade de representantes dos Sítios Ramsar no CNZU ou apenas estímulo para que esta ocorra. Argumentou-se que a obrigatoriedade na representação rotativa traria oportunidade para todos os sítios e contribuiria para o fortalecimento institucional dos mesmos. Porém deve ser considerada a disponibilidade e interesse dos gestores em representarem os Sítios Ramsar no CNZU. Não havendo consenso sobre esta questão sugeriu-se apenas que a rotatividade fosse estimulada e que este tema fosse discutido entre os gestores dos Sítios.

Levantou-se a necessidade de se formalizar junto aos órgãos a que pertencem os representantes do CNZU sobre suas participações nas reuniões do mesmo. Deve-se adotar este procedimento ao convidá-los para as reuniões.

Sobre a eleição de ponto focal não governamental de CEPA ("Communication, Education and Public Awareness"), Débora Calheiros sugeriu que houvesse um banco de dados das ONGs atuantes nas áreas úmidas para que dentre estas o Comitê elegeesse um representante.

## 8. APRESENTAÇÃO DO PROJETO SGF

Carolina Hazin apresentou a proposta de projeto "Strengthening institutional capacity for compilation of actions needed for consolidation of Brazilian Ramsar sites" que

será submetido ao “Small Grants Fund” (SGF), um dos fundos de financiamento da Convenção de Ramsar.

Ricardo Castelli lembrou que o projeto GEF Mangues, coordenado pela DCBio/MMA poderia contemplar ações de fortalecimento institucional em alguns dos sítios Ramsar.

Soraya Vanini solicitou que o projeto GEF Mangues fosse apresentado ao CNZU em uma próxima reunião.

Michael Becker propôs acrescentar mais um objetivo ao projeto SGF que contemplasse a interface com programas de recursos hídricos.

José Augusto concordou em reforçar a interface com outros programas maiores, inclusive para otimizar recursos disponíveis e reforçou a necessidade de implementar programas e não apenas formular propostas.

Iara Vasco colocou que no Plano Nacional de Áreas Protegidas está previsto o levantamento de fontes de recursos para implementar ações em Áreas Protegidas e que as informações quanto aos Sítios Ramsar devem ser agregadas a este Plano.

Carolina Hazin explicou que há grande diversidade de situações entre os sítios Ramsar. Assim, destacou a importância de que o consultor que irá elaborar o Programa a ser desenvolvido a partir do projeto SGF, trate cada sítio Ramsar, de forma diferenciada.

Débora Calheiros destacou que o contato com instituições de pesquisa que já trabalham em cada área otimizará o trabalho do consultor.

Ana Paula Prates sugeriu avaliar com cautela a origem da contrapartida para não comprometer execução do programa principal.

José Augusto questionou sobre a utilização dos recursos de um Programa maior e sugeriu incluir estratégias de implementação das ações previstas e que os recursos para cada ação fossem pré-definidos.

Michael Becker levantou que não estava claro qual seria o produto do projeto e sugeriu que se explicitasse o que será feito com as informações coletadas, incluindo análise dos dados, etc.

José Augusto defendeu que mesmo que projeto SGF não seja aprovado, deveria haver um esforço por parte do MMA e gestores dos sítios para compilar a situação dos mesmos.

Iara Vasco esclareceu que deverá existir um Programa e um Projeto, e que este segundo seria uma proposta de trabalho que definiria como o Programa será implementado.

Michael Becker sugeriu incluir no projeto SGF uma justificativa mais forte, como por exemplo diminuir a disparidade de implementação e consolidação entre sítios.

Débora Calheiros questionou o investimento em contratação de consultor, acreditando que um esforço realizado principalmente dentro das instituições de pesquisa locais poderia ser efetivo.

José Augusto levantou que os gestores dos sítios poderiam ser incluídos como contrapartida.

Carolina Hazin justificou que a contratação do consultor é necessária pois as equipes das instituições de pesquisa ou do governo já estão comprometidas com outras atividades e que não há disponibilidade para desenvolver tal projeto. Porém, esclareceu que o MMA estará trabalhando conjuntamente com o consultor contratado para dar orientações e para que o resultado do projeto reflita os interesses institucionais.

## 9. APRESENTAÇÃO DA 1ª FASE DO DIAGNÓSTICO NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS

Gabriela Tunes da Silva, consultora contratada para executar a 1ª fase do Diagnóstico Nacional de Zonas Úmidas, apresentou o “Levantamento de iniciativas voltadas à implementação da Convenção de Ramsar no Brasil”.

Comunicou que o WWF-Brasil estará desenvolvendo um banco de dados para alocar as informações do diagnóstico e que este banco não deve ser estático, podendo outras informações ser acrescentadas a qualquer momento. Esclareceu ainda que o banco será um excelente instrumento de busca de informações para a designação de sítios Ramsar.

Jorge Lins sugeriu que fossem consultados os coordenadores do workshop do PROBIO para tratar das áreas prioritárias, pelo menos para as áreas costeiras.

Ana Paula sugeriu que fosse acrescentado no item 3 da apresentação realizada por Gabriela a menção de que na zona costeira existem municípios já conveniados entre o Projeto Orla e os Estados com ZEE, e planos de gerenciamento costeiro. Comunicou que está sendo desenvolvido o refinamento das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na zona costeira e marinha.

Sugeriu-se que nos grupos temáticos fossem considerados os ecossistemas, como este é o nível trabalhado nos workshops.

Foi sugerido que o diagnóstico levasse em consideração as pressões existentes sobre as áreas que haviam sido definidas como prioritárias, já que muitas alterações já devem ter ocorrido.

Soraya Vanini ressaltou a importância de se considerar outras fontes de consulta, uma vez que o inventário de Antônio Carlos Diegues já está desatualizado e se colocou à disposição para fornecer informações locais para o diagnóstico.

Avay Miranda sugeriu que o Plano-Pluri Anual (PPA) fosse consultado a fim de identificar iniciativas relacionadas a zonas úmidas.

Essa sugestão foi combatida uma vez que as ações do PPA como estão descritas, pouco refletem os ecossistemas-foco para o qual estão destinadas. Gabriela mencionou que um esforço neste sentido já havia sido realizado pela DCBio/MMA, com resultados aquém do esperado.

Iara Vasco sugeriu que entre os grupos temáticos sejam considerados os eixos e pólos de desenvolvimento.

Michael Becker explicou que as informações referentes aos pólos de desenvolvimento nas publicações do PROBIO são muito gerais e que para o Diagnóstico estes deveriam ser mais específicos. Ana Paula Prates concordou, exemplificando que para a zona costeira, os resultados do workshop não dão enfoque sobre os pólos de desenvolvimento.

Débora Calheiros sugeriu que fossem solicitados pareceres a instituições sobre áreas prioritárias, ameaças, etc.

Jorge Lins sugeriu fosse apresentado o resultado final da 1ª fase do Diagnóstico de Zonas Úmidas na próxima reunião do CNZU e que o mesmo fosse enviado com antecedência para que todos pudessem ler o documento antes da reunião.

## 10. DIAGNÓSTICO NACIONAL DE ZONAS ÚMIDAS - Segunda fase

Maria Carolina fez apresentação do Termo de Referência para contratação de consultora jurídica que executará a segunda fase do Diagnóstico Nacional de Zonas Úmidas.

José Augusto colocou que as particularidades da legislação florestal devem ser consideradas.

Maria Carolina explicou a deficiência da legislação ambiental e falta de clareza sobre APPs em várzeas e Pantanal.

Débora Calheiros propôs externalizar esta preocupação encaminhando um parecer do CNZU ao CONAMA e informou que a Embrapa está elaborando uma análise do Código Florestal e das mudanças propostas a este para a região do Pantanal.

## 11. DEMAIS TEMAS DISCUTIDOS

- MANGUEZAIS

Soraya expôs preocupação com degradação dos manguezais brasileiros. Informou que há 72,5% viveiros instalados de maneira irregular ou com licenças vencidas. Sugeriu que o Comitê discutisse o tema e se sensibilizasse com relação a esta problemática, destinando um item de pauta da próxima reunião para o tema. Destacou a importância da presença do Presidente do CNZU nessa reunião, para se definir posição do MMA quanto ao tema.

Com a concordância dos presentes, foi definida a necessidade de elaboração de uma recomendação do Comitê solicitando um posicionamento do MMA sobre o assunto e principalmente sobre a definição de manguezais, apicum, e salgado.

Soraya Vanini sugeriu que houvesse uma reunião no âmbito do MMA com apresentação do projeto GEF Mangues, diagnóstico zonas úmidas e outros projetos a manguezais.

- Débora Calheiros pediu que fosse debatido pelos membros do CNZU, com urgência, o impacto de hidrelétricas, hidrovias e outras atividades que ameaçam o Pantanal, especialmente o Rio Cuiabá.
- Avay Miranda destacou a ameaça às zonas úmidas da Amazônia e Pantanal provocada pela criação de búfalos, sugerindo que esta atividade e outras atividades econômicas impactantes fossem passíveis de licenciamento ambiental.

## 12. ENCAMINHAMENTOS

- 1) Apresentar Recomendação do CNZU à SBF para posicionamento do MMA sobre manguezais.
- 2) Marcar reunião extraordinária do CNZU para discutir a problemática dos manguezais. Incluir, na pauta dessa reunião a apresentação do Projeto Mangues apresentado ao GEF e dos resultados do Diagnóstico Nacional de Zonas Úmidas.
- 3) Na próxima reunião ordinária incluir discussão sobre as ameaças às zonas úmidas, principalmente aquelas levantadas durante a 2ª reunião.
- 4) Solicitar sugestão pelos membros do CNZU de currículos vitae de especialistas em zonas úmidas para que na próxima reunião seja definido o Ponto Focal Técnico- científico Brasileiro para Convenção de Ramsar.

- 5) Solicitar à Diretoria de Educação Ambiental/MMA sugestão de nomes de organizações não-governamentais com perfil apropriado para representar o Ponto Focal Não Governamental Brasileiro para o Programa CEPA da Convenção de Ramsar.